

REGIÃO CENTRO OESTE

Grupo 1 – TRABALHO INFORMAL

Eixos de Atuação	Planejamento das Ações Intersectoriais	Políticas Envolvidas	Resultados Esperados	Prazo (Até 2017)
1. Informação e Mobilização	1.1 Conscientizar os envolvidos sobre o que é trabalho infantil e quais suas consequências.	Assistência Social	Retomada dos estudos.	Curto e médio prazo
	1.2 Sensibilizar as áreas que atuam e atendem a essa faixa etária sobre esse tema.	Saúde	Espaço para o lazer.	
	1.3 Desenvolver campanhas nas diferentes formas de mídia em nível nacional.	Educação Esporte e Lazer	Sociedade conscientizada. Família conscientizada.	
2. Identificação		Sistemas de garantia de Direitos. Secretaria de Indústria e comércio		
3. Proteção	3.1 Inserir a criança/adolescente no SCFV e no Programa de Aprendizagem;	Sistema "S"	Índices de Trabalho Infantil reduzidos.	Curto, médio e longo prazo.
	3.2 Inserir a criança/adolescente no Programa Mais Educação;	Envolvimento da Sociedade Civil.		
	3.3 Inserir a família numa formação de empreendedorismo;	Secretaria do Meio Ambiente		
	3.4 Estabelecer parcerias com o Programa Saúde na Escola.	Secretaria da Agricultura		

4. Defesa e Responsabilização	4.1 Buscar os Sistemas de garantia de Direitos.	Empresas formalizadas.	Curto, médio e longo prazo.
5. Monitoramento	5.1 Frequência escolar 5.2 -Rendimento escolar. 5.3 -Acompanhamento familiar da Rede SUAS.		

Grupo 2 – TRABALHO INFORMAL FAMILIAR/DOMÉSTICO

Eixos de Atuação	Planejamento das Ações Intersetoriais	Políticas Envolvidas	Resultados Esperados	Prazo (Até 2017)
1. Informação e Mobilização	1.1 Realizar reunião intersetorial no território com trabalhadores das diversas políticas e dos sindicatos para esclarecer e mobilizar sobre o trabalho infantil doméstico: decreto 6481, Convenções 182 e 138 da OIT, CF 88. 1.2 Desenvolver campanhas intersetoriais no território para a comunidade para esclarecer sobre os malefícios do trabalho infantil doméstico, abordando questões de gênero, igualdade racial, dentre outras.	Assistência Social coordenando: Saúde Educação Trabalho Esporte Cultura Conselho Tutelar	Compreensão e conscientização sobre o trabalho infantil doméstico ampliadas. Ampliação do envolvimento da rede de serviços públicos no território. Participação da comunidade e da rede de proteção no enfrentamento do problema aumentada.	

	1.3 Realizar ações de mobilização para esclarecer especificamente sobre trabalho infantil doméstico na própria família	Sindicatos Conselhos de Direitos Sistema de Justiça		
2. Identificação	2.1 Definição de ações articuladas entre as equipes dos SUS, professores e equipes do SUAS para identificação de trabalho infantil doméstico. 2.2 Capacitar equipes para identificação de trabalho infantil doméstico para realização de busca ativa.	Assistência Social Saúde Educação Conselho tutelar	Trabalho integrado entre as políticas fortalecido. Estratégias de identificação das situações de trabalho infantil doméstico ampliadas. Número de marcações de trabalho infantil no CadÚnico, SISC e outros sistemas de registro de informações aumentado.	
3. Proteção	3.1 Realizar o acompanhamento familiar na política de assistência social. 3.2 Acompanhar os encaminhamentos realizados. 3.3 Inserir no SCFV e outros serviços e programas que garantam atendimento no contraturno escolar. 3.4 Realizar reuniões periódicas entre as políticas setoriais para planejamento	Assistência Social Conselho Tutelar Educação Saúde Assistência Social Esporte e Cultura	Papel e da função protetiva da família potencializado. Atendimento da criança e adolescentes no SCFV ou em outros serviços e programas (ex: mais educação, bombeiro mirim) ampliado.	

	de ações, encaminhamentos e atendimentos na rede de proteção			
4. Defesa e Responsabilização	<p>4.1 Fortalecer através de ações o controle social exercido pelos conselhos setoriais e da criança e do adolescente.</p> <p>4.2 Estabelecer parcerias com o Ministério Público do Trabalho para superação do trabalho infantil doméstico.</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Conselhos</p> <p>Sociedade Civil organizada</p> <p>Ministério Público</p>	<p>Inserção do tema em debates nas agendas dos conselhos efetivado.</p> <p>Participação do ministério público no enfrentamento ao trabalho infantil doméstico garantida.</p>	
5. Mobilização	<p>5.1 Número de reuniões e campanhas realizadas.</p> <p>5.2 Número de participantes envolvidos nas ações.</p> <p>5.3 Número de ações previstas sobre trabalho infantil doméstico no trabalho das políticas e atores envolvidos</p> <p>5.4 Número de casos identificados.</p> <p>5.5 Número de registros no CadÚnico;</p> <p>5.6 Número de notificações.</p> <p>5.7 Número de encaminhamentos</p> <p>5.8 Número de famílias acompanhadas.</p> <p>5.9 Número de encaminhamentos realizados.</p> <p>5.10 Número de inclusões no SCFV e outros atendimentos.</p> <p>5.11 Número de reuniões realizadas.</p> <p>5.12 Número de ações realizadas.</p> <p>5.13 Número de casos mediados com apoio do MPT</p>			

Grupo 3 – AGRICULTURA FAMILIAR

Eixos de Atuação	Planejamento das Ações Intersetoriais	Políticas Envolvidas	Resultados Esperados	Prazo (Até 2017)
<p>1. Informação e Mobilização</p>	<p>1.1 Coordenar o PETI, com o apoio do órgão gestor, na articulação com as políticas de saúde, educação, trabalho, agricultura, esporte e cultura, entre outros, para pactuação do compromisso de acelerar a erradicação do trabalho infantil na agricultura familiar e agropecuária;</p> <p>1.2 Mobilizar e Formar permanentemente os profissionais da rede de proteção;</p> <p>1.3 Identificar potenciais parceiros (conhecer os atores/ lideranças da comunidade) para a divulgação de informações: campanhas, cartilhas, folders, informativos; Ex.: Realização de cavalgadas e caminhadas de mobilização e sensibilização nos eventos da comunidade;</p> <p>1.4 Adotar Metodologia Participativa: A partir da escuta das famílias elaborar a propostas de intervenção; Garantia do Protagonismo Infanto-juvenil e das famílias/ lideranças na</p>	<p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Trabalho</p> <p>Agricultura</p> <p>Esporte e cultura</p> <p>outros</p>		

	<p>elaboração das propostas;</p> <p>1.5 Usar a mídia: rádios comunitárias e meios de comunicação; missas, cultos.</p>			
2. Identificação	<p>2.1 Elaborar Diagnóstico Participativo do Território: identificação ações já existentes; conhecimento da cultura local;</p> <p>2.2 Realizar reuniões Intersetoriais para a identificação e notificação: papel da educação, saúde, assistência social, agricultura, trabalho, na identificação;</p> <p>2.3 Averiguar denúncias pelos conselhos tutelares para encaminhamentos para rede;</p>			
3. Proteção	<p>3.1 Organizar reuniões para atividades de rede para construção de estratégias de intervenção;</p> <p>3.2 Promover a coletivização das demandas pautadas no diagnóstico dos territórios;</p> <p>3.3 Construir um planejamento para atendimento integrado na rede de serviços (agricultura, saúde, educação, trabalho, assistência</p>			

	<p>social, entre outras);</p> <p>3.4 Promover estudos e avaliações para implantação de unidades no campo com serviços integrados (saúde, educação, assistência social, trabalho, agricultura, esporte e cultura, entre outros);</p> <p>3.5 Capacitar e qualificar em metodologias de atendimento e acompanhamento, pautadas na concepção do trabalho social com famílias;</p> <p>3.6 Elaborar fluxo e protocolo da rede serviços com o sistema de justiça e Conselho Tutelar (ver Fluxo do DF);</p>			
<p>4. Defesa e Responsabilização</p>	<p>4.1 Aplicar medidas de proteção a crianças e adolescente e suas famílias pelo Conselho Tutelar;</p> <p>4.2 Estimular a participação do conselho tutelar nas reuniões dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente para avaliar as estratégias de erradicação do trabalho infantil no município;</p> <p>4.3 Estimular a participação dos conselhos tutelares nas reuniões das</p>			

	redes locais;			
--	---------------	--	--	--
